

Lições de desigualdade: instrução, raça e oportunidades de trabalho em Salvador*

Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos Santos**

Introdução

O mercado de trabalho brasileiro conheceu grandes e importantes transformações ao longo da última década. Parcela significativa dessas mudanças esteve relacionada a alterações nos paradigmas de organização da produção, no sistema de distribuição, na estrutura produtiva e na divisão e gestão do trabalho, ocorridas no bojo de uma revolução tecnológica. Entre as muitas conseqüências desses processos, o mundo do trabalho ressentiu-se da destruição de milhares de postos, da deterioração da qualidade dos remanescentes, do surgimento de uma dissociação entre crescimento econômico e criação de empregos e de grandes mudanças nos requerimentos de habilidades e competências para a inserção produtiva.

Nos novos padrões de qualificação, a educação resultaria revalorizada, à medida que, ao viabilizar a aquisição e a renovação de conhecimentos específicos e gerais, pode favorecer a manutenção do posto de trabalho e/ou a ampliação das oportunidades de inserção produtiva. Observe-se, além disso, que o aumento das exigências de escolaridade e de qualificação para inserção no

* Este texto é uma versão atualizada de um dos capítulos do relatório da pesquisa “**Desigualdades raciais e requerimentos de escolaridade no trabalho na Região Metropolitana de Salvador**”, desenvolvida para a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), com apoio da Fundação Ford, como resultado da execução de projeto de pesquisa premiado no Concurso Negro e Educação 2000. Para a elaboração do mencionado relatório, contou-se com a orientação da Dra. Jaci Menezes Ferraz e o acompanhamento das Dras. Maria Malta Campos, Regina Pahim Pinto e dos demais membros do Comitê Científico e pesquisadores. O autor agradece àquelas instituições e pessoas e alerta ao leitor que os erros e deficiências presentes neste texto são de sua inteira responsabilidade.

** **Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos Santos** é professor, economista, mestre em Sociologia pela UFBA e trabalha na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Endereço eletrônico: luizchateau@sei.ba.gov.br

mundo do trabalho ocorreu *pari passu* a melhorias no perfil educacional da força de trabalho, refletido no desempenho dos indicadores de escolaridade no país.

Este texto se propõe a investigar os impactos que o aumento de exigência de instrução e a melhoria no perfil da escolaridade dos trabalhadores têm tido sobre a situação ocupacional dos diferentes grupos raciais da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Trata-se de avaliar o *nexo* entre instrução, inserção produtiva e desigualdade racial, na perspectiva de que, na mais negra das grandes cidades brasileiras, as piores posições no mundo do trabalho estão reservadas aos negros (CASTRO /e/ BARRETO:1998) (SANTOS: 1998), e de que as desigualdades de oportunidades educacionais entre os grupos raciais também são muito elevadas na região (QUEIROZ: 1999), penalizando a população negra que chega ao mercado de trabalho com escolaridade bastante menor que a dos brancos¹.

Para esta investigação, utilizou-se a Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador, nos dois momentos de sua coleta. O primeiro, realizado em vinte e quatro meses, a partir de outubro de 1987 até setembro de 1989, e o segundo, envolvendo trinta e seis meses, entre janeiro de 1999 e dezembro de 2001.

Evidentemente que, do ponto de vista teórico, diversas alternativas se apresentavam para a realização dessa reflexão. Em um primeiro momento, considerou-se a perspectiva da ocupação, observando os diferenciais de requerimento de instrução nos segmentos ocupacionais em que predominava um dos grupos raciais. Entretanto, constatou-se que, ao adotar esse delineamento, não contemplaríamos uma dimensão importante para a compreensão das diferenças raciais no heterogêneo mundo do trabalho soteropolitano: as barreiras à inserção produtiva dos negros, expressas nas elevadas taxas de desemprego e na sua presença desproporcional nas situações mais precárias de trabalho (SANTOS: 1998).

¹ A Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador revela, no período de janeiro de 1999 a dezembro de 2001, uma escolaridade média de 10,6 anos de estudos para a PEA branca e de 7,8 anos para os negros (pardos e pretos).

Assim, a investigação orientou-se para a compreensão da dinâmica das situações ocupacionais na PEA, compreendida como desigualdades de oportunidades, observando a diferenciação da situação de ocupado, tal como conceituada na Pesquisa de Emprego e Desemprego, entre ocupação formal e informal. Importava à investigação caracterizar as oportunidades de inserção produtiva, sua evolução recente e a população que foi preferencialmente excluída das posições de trabalho protegidas, as quais perdem expressão relativa na estruturação das oportunidades ocupacionais dos soteropolitanos ao longo dos últimos 10 anos.

A análise da inserção produtiva dos grupos raciais nos espaços estruturados e não-estruturados considerou, preferencialmente, o registro da relação de trabalho e o recolhimento de contribuição à previdência social, como tem sido tradicionalmente feito em muitos dos estudos sobre trabalho e informalidade no Brasil². Entre os resultados, encontrou-se uma forte diminuição das oportunidades de trabalho, expressa pelo elevado crescimento do desemprego, devido à perda de expressão do trabalho regulado, já que o trabalho informal manteve sua expressão relativa.

Dada a expressão do desemprego na RMS, a apresentação dos resultados tem uma seção inicial dedicada a observação da relação entre desemprego e instrução. Essa análise é seguida do exame da relação entre escolaridade e oportunidade de trabalho nos segmentos formal e informal do mercado de

² Considerou-se como *informal* os empregados assalariados sem carteira de trabalho assinada, os empregados que recebem exclusivamente por produção, em espécie ou benefício, os trabalhadores autônomos que não contribuem para a previdência social, o empregador que não recolhe contribuição à previdência social, o profissional universitário autônomo que também não recolhe à previdência, o dono de negócio familiar que não recolhe a previdência e o trabalhador familiar sem remuneração salarial. Os trabalhadores domésticos foram classificados como informais mesmo no caso de possuírem carteira de trabalho assinada pelo empregador ou recolherem como autônomos à Previdência Social.

Classificou-se como *formal*: os trabalhadores assalariados com carteira de trabalho, desde que não inclusos nas condições de informalidade, os trabalhadores assalariados do setor público, os trabalhadores por conta-própria ou autônomo que declararam contribuir para a previdência social, empregadores com

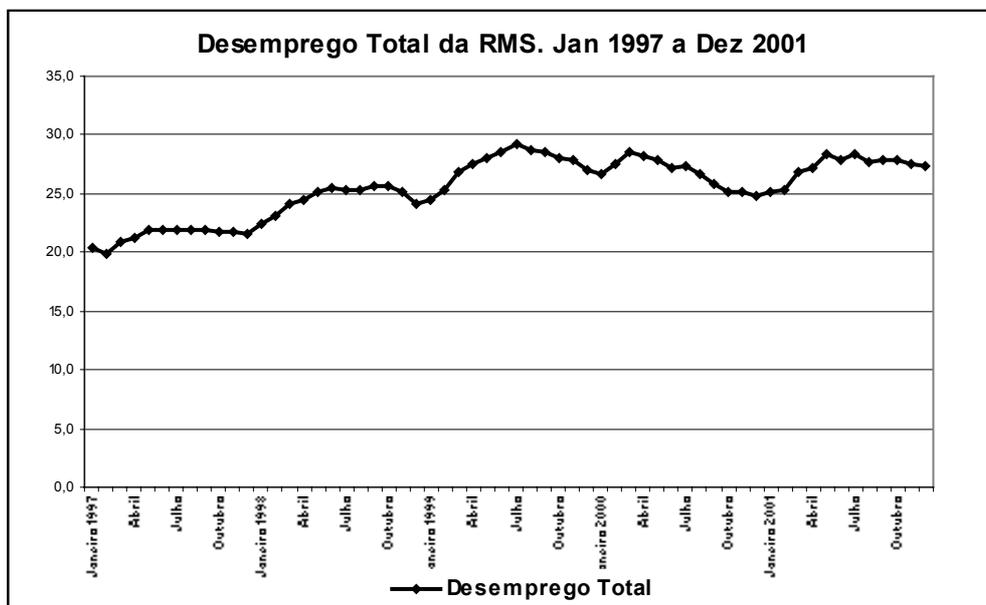
trabalho. Em ambos os casos, tratamos, inicialmente, do comportamento das variáveis, seguido de sua observação segundo as características pessoais dos trabalhadores, especialmente em relação à raça.

Desemprego e escolaridade

O desemprego é um fundamento importante para a compreensão da dinâmica do mercado de trabalho da RMS. A taxa de desemprego regional está sistematicamente entre as mais elevadas dentre todas as áreas metropolitanas pesquisadas, seja pelas observações das pesquisas realizadas pelo IBGE, seja pelas do sistema de informações que utilizam a metodologia desenvolvida pelo DIEESE/SEAD.

O comportamento desse fenômeno, nos últimos anos da década de 1990 e no início do século XXI, mostrou-se similar. A taxa de desemprego total da RMS, medida pela Pesquisa de Emprego e Desemprego a partir de dezembro de 1996, apresenta-se tendencialmente crescente, como se observa no Gráfico 1:

Gráfico 1



contribuição para a previdência, o profissional universitário autônomo que recolhe a previdência e o dono de negócio familiar que recolhe a previdência social.

Nesse contexto de redução de oportunidades de trabalho, é pertinente indagar sobre o papel da instrução. Seria verdade, como alguns querem fazer acreditar, que o elevado e crescente desemprego da RMS está relacionado ao baixo padrão de instrução de sua força de trabalho?

Os dados da Pesquisa mostram que o aumento da escolaridade dos trabalhadores, ao longo da última década, não foi acompanhado do crescimento das oportunidades ocupacionais. O desemprego cresceu *apesar* da evolução positiva dos indicadores do desempenho da educação da População Economicamente Ativa, atingindo *todos* os níveis de escolaridade, embora com intensidade diferenciada. Esvai-se, desse modo, a convicção presente em parte da literatura sobre mercado de trabalho, de que o elevado desemprego dos anos 1990 e do início dos 2000 se deva à baixa empregabilidade dos trabalhadores, que, em função de sua reduzida instrução, não encontrariam ocupação num mercado cada vez mais exigente de educação formal e de habilidades específicas (ALMEIDA: 1999).

Não se quer com isso afirmar que a evolução das taxas de desemprego esteja em desacordo com a idéia do aumento do grau de exigência de instrução e que o investimento em educação não tenha correspondência em termos de aumento de oportunidade. Muito pelo contrário. Nesse período, a média de instrução do trabalhador soteropolitano cresceu 31,5%, sendo que a dos desempregados aumentou 21,7% e a dos ocupados, 36,8%³, o que sugere valorização da escolaridade. Além disso, o desemprego daqueles com pouca instrução esteve sujeito a maior crescimento que o dos demais segmentos (Tabela 1).

O perfil da escolaridade dos desempregados nos finais das décadas de 1980 e o daqueles do início dos anos 2000 têm em comum (a) o fato de o desemprego atingir mais fortemente os trabalhadores com níveis intermediários

³ A escolaridade média da População Economicamente Ativa da RMS era de 6,16 anos de estudo (1º grau incompleto) em 1987-89, e passa para 8,10 em 1999-2001 (1º grau completo). A escolaridade dos desempregados passou de 6,13 para 7,46 anos de estudo e a dos ocupados de 6,16 para 8,43.

de instrução e (b) um padrão hierárquico das taxas de desemprego que sugere forte valorização da conclusão do 2º e do 3º graus (Tabelas 1 e 2).

Observa-se que a evolução da taxa de desemprego entre os dois períodos coloca em destaque, ainda, duas outras ordens de fenômenos: a) uma diminuição gradativa do crescimento do desemprego conforme aumente o grau de escolaridade concluído, sugerindo uma valorização da educação como requisito para a inserção produtiva e b) um crescimento elevado do desemprego entre os que possuem o 3º grau completo, indicando o fim do “pleno emprego” para os trabalhadores com esses graus de escolaridade⁴.

Tabela 1

Taxa de desemprego por grau de escolaridade.

RMS 1999 a 2001

Escolaridade	(Em %)		
	1987-89	1999-2001	Varição (%)
ANALF_S/ESCOLAR	10,3	24,50	137,9
1o INCOMPLETO	17,5	31,90	82,3
1o COMPLETO	18,1	31,20	72,4
2o INCOMPLETO	23,4	38,90	66,2
2o COMPLETO	14	23,30	66,4
3o INCOMPLETO	12,8	21,10	64,8
3o COMPLETO	3,9	7,10	82,1
Total	15,9	27,3	71,7

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Tabela 2

⁴ Como se vê na Tabela 1, os trabalhadores com o 3º grau permanecem, entretanto, com as taxas de desemprego mais baixas que a observada nos demais estratos de escolaridade, em que pese a elevada variação relativa.

**Taxas de desemprego por grau de escolaridade
até 1o completo. RMS 1987-89 e 1999 -2001**

Escolaridade	(Em %)		
	1987-89	1999-2001	Varição (%)
Analf. e s/escolaridade	10,3	24,5	138,2
1a a 3a série	14,3	29,5	106,1
4a série	16,0	29,8	86,3
5a a 7a série	21,8	34,4	57,9
1o incompleto	17,5	31,9	82,3
1o completo	18,1	31,2	72,4

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

O desemprego diferenciado racialmente

O desemprego atinge diferentemente os grupos raciais, em prejuízo da população negra, que está mais sujeita a essa condição, tanto no final da década de 1980 quanto na de 1990 (Tabela 3). A pesquisa mostra que as mudanças recentes no mundo do trabalho têm penalizado ainda mais os trabalhadores negros, à medida que se registra aumento da distância entre as taxas de desemprego dos segmentos raciais. A taxa de desemprego dos brancos cresceu 56,5%, entre 1987-89 e 1997-99, frente ao acréscimo de 72,3% na dos negros.

O desemprego dos negros é sempre superior ao dos brancos, mesmo quando têm as mesmas características pessoais, excetuando-se os casos em que estar presente no mercado de trabalho pode representar desvantagens ou prejuízos para as carreiras profissionais.

É o que acontece com a idade. A taxa de desemprego da população negra só é inferior ou próxima à dos brancos na infância e na adolescência, sendo muito superior nas demais classes etárias. No caso dos menores, as diferenças de comportamento dos grupos raciais no mercado de trabalho se dão, principalmente, através da participação, da presença dos indivíduos na condição de vendedores de força de trabalho. De fato, a população negra é a esmagadora maioria na oferta de trabalho infantil e adolescente. No final dos anos 1980, os negros respondiam por 93,4% da PEA com 10 a 14 anos, e 91,4% daquela com

15 a 17. Em 1999-2001, essas parcelas correspondiam a 93,2% e 90,6%, respectivamente⁵ (Tabela 3).

Tabela 3

⁵ Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego, a população negra representava 84,1% da PEA em 1987-89 e 85,8% em 1999-2001. Sobre participação de crianças e adolescentes no mercado soteropolitano de trabalho ver: AZEVÊDO; MENEZES /e/ FERNANDES (2000).

Taxas de desemprego por cor, segundo características pessoais

RMS 1987-89 e 1999-2001

Características pessoais	1987-89		1999-2001	
	Branca	Negra	Branca	Negra
10 A 14	20,6	18,6	S.R.	42,7
15 A 17	33,0	27,5	57,3	52,4
18 A 24	23,2	25,4	34,0	42,3
25 A 39	9,8	13,8	17,2	24,8
40 A 59	4,9	7,4	10,2	17,4
60 E +	1,8	4,4	7,8	10,1
Total	12,4	16,6	19,4	28,6
Masculino	10,0	14,7	16,5	26,3
Feminino	15,3	19,0	22,6	31,0
ANALF_S/ESCOLAR	9,8	10,9	25,7	24,5
1o INCOMPLETO	16,3	17,6	27,3	32,3
1o COMPLETO	15,9	18,5	27,9	31,6
2o INCOMPLETO	21,8	23,8	31,3	39,8
2o COMPLETO	11,0	15,1	19,3	24,1
3o INCOMPLETO	11,6	13,8	21,0	21,2
3o COMPLETO	3,6	4,4	6,8	7,3
Total	12,4	16,6	19,4	28,6

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

No que se refere à instrução, observa-se, nos dois períodos em análise, que o desemprego dos negros é normalmente maior que o dos brancos, mesmo quando têm escolaridade igual, com exceção dos trabalhadores sem escolaridade em 1999-2001. Deve-se considerar, além disso, o fato da população negra presente no mercado de trabalho ser menos escolarizada que a branca.

Em que pese a melhoria do grau de instrução da População Economicamente Ativa, os dados da pesquisa mostram que as relações entre as taxas de desemprego de brancos e negros resulta alterada na passagem entre os finais das décadas de 1980 e 1990. As distâncias entre as taxas de desemprego aumentam expressivamente para os trabalhadores com graus inconclusos de escolaridade e diminuem entre os que completam os ciclos. Esse fenômeno

somente não é observado na população que ingressa nas universidades, cujas taxas de desemprego são praticamente idênticas em 1999-2001. (Tabela 4).

Tabela 4

Relação entre as taxas de desemprego de negros e brancos*. RMS 1987-89 e 1999-2001

(Em %)

Grau de Escolaridade	1987-89	1999-2001
ANALF_ESCOLAR	11,2	-4,7
1o INCOMPLETO	8,0	18,3
1o COMPLETO	16,4	13,3
2o INCOMPLETO	9,2	27,2
2o COMPLETO	37,3	24,9
3o INCOMPLETO	19,0	1,0
3o COMPLETO	22,2	7,4
Total	33,9	47,4

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

* $((Tx \text{ de desemprego dos negros}/tx \text{ dos brancos})-1)*100$

Inserção produtiva, estruturação dos mercados e escolaridade: o caso da Região Metropolitana de Salvador

O crescimento da importância relativa da ocupação não-regulamentada foi um fenômeno marcante no mercado de trabalho brasileiro, já na década de 1980 (CACCIAMALI, 1989). A abertura da economia nacional à competição internacional, no início dos anos 1990, seguida de intensificação do processo de reestruturação produtiva e de políticas de valorização do câmbio e de flexibilização das relações de trabalho, estão associadas à ampliação da informalidade, ao agravamento das condições de emprego e a um certo “descolamento” entre os níveis de atividade econômica e o de emprego.

Em que pesem as especificidades locais, a Região Metropolitana de Salvador tem na informalidade das relações de trabalho um traço histórico fundamental na estruturação do seu mercado de trabalho. Entretanto, para os objetivos deste texto, é suficiente ter em mente que o peso do segmento informal

na oferta de oportunidades de trabalho já era muito elevado no final dos anos 1980 (FAGUNDES; 1992), e que a década seguinte aprofundou um quadro de relações instáveis e precárias na região (MENEZES /e/ CARRERA-FERNANDEZ; 1998).

Com efeito, a taxa de informalidade da RMS evoluiu de 43,7% dos ocupados no período 1987-89 para 49,0%, em 1999-2001⁶, um crescimento relativo de 12,1% da taxa de informalidade da população ocupada.

A probabilidade de um indivíduo presente no mercado de trabalho da RMS (i.e. um ofertante de força de trabalho) estar desempregado no final dos anos 1980 era de 15,9%; a de encontrar-se no trabalho informal, 36,7%, e a de ocupar um posto no mercado formal, 47,3%, superior, portanto, às chances de inserção nos mercados não-regulados (Tabela 5).

Pouco mais de 10 anos depois, a probabilidade das pessoas na mesma condição de vendedoras de força de trabalho serem atingidas pelo desemprego aumentou para 27,3%; a de se inserirem no mercado informal, para 35,3%, e a de estarem em um posto protegido, decrescido para 37,4% (Tabela 5). Observe-se que, embora as chances de acesso aos postos regulados tenham permanecido superiores às da informalidade, a distância entre essas situações passou a ser muito pequena. Com isso, na RMS, a perda de importância relativa dos mercados formais reverteu-se mais em crescimento do desemprego que em aumento da informalidade, contrariamente ao que parece ter acontecido em outras regiões metropolitanas brasileiras.

Essas constatações põem em questão a proclamada eficácia do papel de “colchão de amortecimento” das crises do mercado de trabalho atribuído ao setor informal, ao menos em relação ao heterogêneo e pouco estruturado mercado da Região Metropolitana de Salvador no período recente.

⁶ Observe-se que essas taxas de informalidade foram calculadas em relação à *população ocupada*, diferentemente, portanto, da Tabela 5 e das seguintes, nas quais os valores relativos à informalidade foram calculados frente a *População Economicamente Ativa*, resultando, conseqüentemente, em valores menores.

Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego sugerem que o comando da dinâmica do mercado soteropolitano de trabalho no começo dos anos 2000 estaria no trânsito do trabalho formal para o desemprego e não para a informalidade. Nessas condições, o pequeno crescimento relativo da informalidade estaria representando um certo “esgotamento” das possibilidades de crescimento da ocupação nesse segmento, nas condições econômicas e sociais vigentes.

Esses resultados nos conduzem à formulação das seguintes indagações: qual o papel da instrução na estruturação das oportunidades ocupacionais nos mercados formais e informais? Como esse papel tem evoluído e qual o seu significado numa década de transformações tão profundas?

Escolaridade e inserção produtiva: características da evolução recente

Os dados da Tabela 5 mostram que as oportunidades de inserção nos segmentos formal e informal do mercado de trabalho variam segundo o grau de instrução dos trabalhadores.

Tabela 5

Situação ocupacional por grau de escolaridade. RMS 1987-89 e 1999-2001

(Em %)

Escolaridade	1987-89			1999-2001		
	Desempregado	Formal	Informal	Desempregado	Formal	Informal
ANALF_S/ESCOLAR	10,8	26,0	63,2	24,5	17,9	57,6
1o INCOMPLETO	17,5	37,5	45,0	31,9	23,0	45,1
1o COMPLETO	18,1	55,3	26,6	31,2	33,1	35,7
2o INCOMPLETO	23,4	48,8	27,8	38,9	28,2	32,8
2o COMPLETO	14,0	70,8	15,2	23,3	51,6	25,1
3o INCOMPLETO	12,8	67,0	20,2	21,1	41,9	37,0
3o COMPLETO	3,9	89,0	7,1	7,1	75,5	17,3
Total	15,9	47,3	36,7	27,3	37,4	35,3

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

No mercado formal, as chances de acesso a um posto regulado crescem de forma diretamente proporcional ao aumento de escolaridade. No mercado informal, registra-se uma relação inversamente proporcional, de modo que o

aumento de anos de estudo resulta em redução da probabilidade de inserção no setor.

Além disso, a Tabela 5 ilustra outras duas ordens de fenômenos relacionados à escolaridade: a) a conclusão dos ciclos escolares corresponde a momentos importantes na distribuição da PEA, ou seja: nas probabilidades de inserção nas diversas situações ocupacionais, e b) a relação entre grau de instrução e oportunidade ocupacional nos mercados formal e informal sugere diferenças de permeabilidade nesses mercados, em função da educação dos agentes.

A primeira ordem de fenômenos advém da observação da variação dos valores das chances de inserção nas situações ocupacionais à medida que os trabalhadores concluem os ciclos escolares. Grosso modo, a conclusão de um ciclo de escolaridade corresponde a um acréscimo na probabilidade de inserção no segmento formal do mercado de trabalho e decréscimo no informal, como se observa nos gráficos 2 e 3.

Gráfico 2

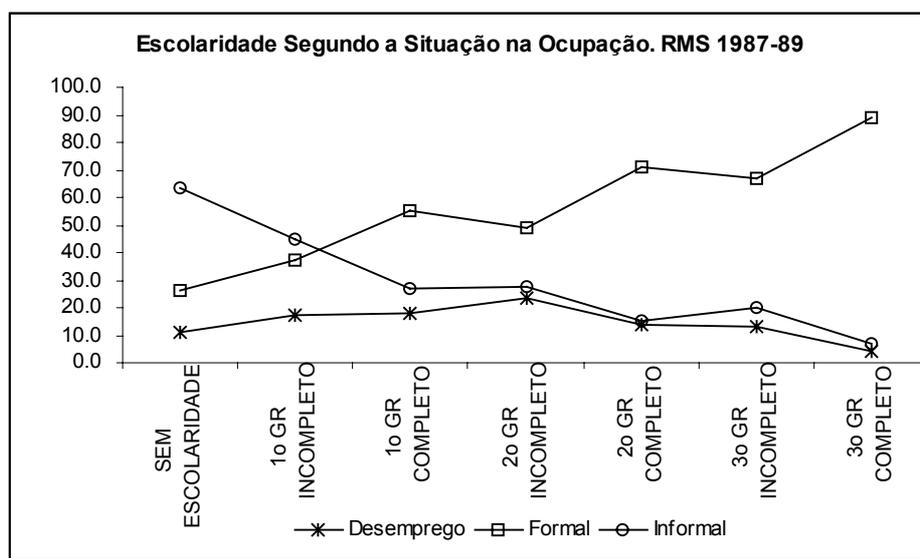
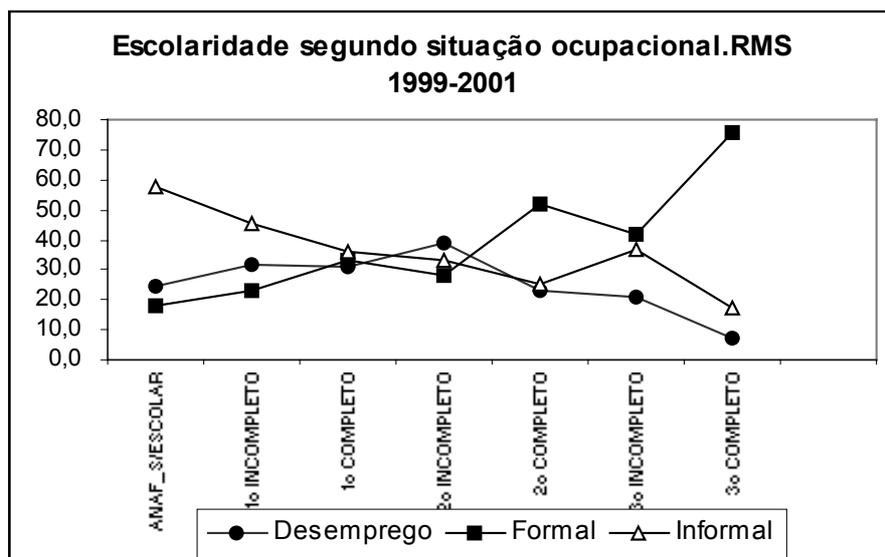


Gráfico 3



Em relação às exigências de instrução, observam-se os seguintes fenômenos: i) os segmentos com mais escolaridade estão normalmente menos presentes no mercado informal – sobretudo no final dos anos 1980 –, embora, ii) as mudanças ocorridas na estruturação das oportunidades de inserção produtiva mostrem que a informalidade tem se generalizado no mercado de trabalho, atingindo mais fortemente os espaços que eram mais exigentes de formação escolar, nos quais o trabalho informal tinha, inicialmente, pouca expressão relativa.

Assim, trabalhadores sem instrução ou pouco escolarizados têm menores probabilidades de se inserir no mercado estruturado, ou formal, e os com o 3º grau completo estão relativamente pouco representados na informalidade. No final dos anos 1980, a chance de um trabalhador sem escolaridade estar em um posto regulado era de 26,0%, face a 63,0% de ocupar uma posição informal. Contrariamente, nas posições de trabalho que requeriam o terceiro grau completo, a oportunidade de um trabalhador alçar um posto regulado era de 89,0%, frente a 7,1% de estar na informalidade (Tabela 5).

Enquanto o trabalho formal respondia, ao final dos anos 1980, por mais de ¼ (26,0%) das situações ocupacionais dos que não possuíam atributos escolares, o informal representava menos de um décimo (7,1%) das posições que exigiam o 3º grau completo.

A probabilidade de um trabalhador sem escolaridade empregar-se no setor formal diminuiu no período da pesquisa, enquanto cresce o desemprego desses trabalhadores. No segundo período, a chance de uma pessoa sem instrução encontrar-se desempregada era de 24,5%. Entre os trabalhadores com maior instrução, as possibilidades de se integrar ao mercado numa posição regulada diminuíram de 89,0% para 75,5%, e a de fazê-lo num posto informal cresceu de 7,1% para 17,3% (Tabela 5).

A rigor, os dados sugerem que é apenas nos segmentos com maior instrução que a informalidade tem, efetivamente, funcionado como “colchão de amortecimento” da crise do mercado de trabalho, à medida que, nesse segmento, a redução das oportunidades no mercado estruturado resultou em forte crescimento da informalidade, além de ampliar a parcela da PEA desempregada.

As Tabelas 6 e 7 mostram os ganhos relativos que os ingressos nos ciclos escolares posteriores trazem para as possibilidades de inserção nas diversas situações ocupacionais. Observa-se que, no final dos anos 1980, a conclusão do 3º grau representava uma grande diminuição das chances do trabalhador se encontrar na situação de desempregado ou de ocupado no setor informal.

Os resultados relativos ao final dos anos 1980 mostram, também, que as chances de inserção no setor formal tinham a seguinte distribuição: a) a presença no sistema de ensino, representada pelo 1º grau incompleto, aumentava em 44,2% as possibilidades de acesso a uma posição regulada; b) a conclusão do 1º grau acrescia 47,6%; a do 2º grau, 45,2% e a do 3º grau ampliava as possibilidades de se conseguir um emprego formal em quase 1/3 (32,8%). Observe-se que os ciclos incompletos, mesmo representando uma aquisição efetiva de escolaridade, medida em anos de estudo, representam diminuição das chances de inserção em um posto formal de trabalho (Tabela 6).

A informalidade tinha uma estrutura de oportunidades inversa à do setor formal. Os ciclos incompletos de estudo aumentavam as chances de inserção no segmento, e, à medida que os trabalhadores avançavam na aquisição de escolaridade, diminuíam as possibilidades de se inserirem na informalidade.

Tabela 6

Acréscimo relativo das chances de pertencimento à situação ocupacional, em função do aumento da escolaridade. RMS 1987-89

Escolaridade	1987-89		
	Desempregado	Formal	Informal
ANALF_S/ESCOLAR			
1o INCOMPLETO	62,0	44,2	(28,8)
1o COMPLETO	3,4	47,5	(40,9)
2o INCOMPLETO	29,3	(11,8)	4,5
2o COMPLETO	(40,2)	45,1	(45,3)
3o INCOMPLETO	(8,6)	(5,4)	32,9
3o COMPLETO	(69,5)	32,8	(64,9)

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego, relativos ao segundo período, mostram que a diminuição das oportunidades de acesso a um emprego regulado foi acompanhada de uma valorização da instrução como requisito para a inserção no setor formal da economia. Os valores relativos ao crescimento das chances de acesso ao segmento formal, em função do acréscimo de educação, elevaram-se sobremodo (Tabela 7). Além disso, a hierarquia resulta alterada, no sentido da maior valorização da conclusão dos ciclos mais elevados de escolaridade, embora o maior ganho, em termos de oportunidade de acesso ao setor formal, permaneça sendo a conclusão do 2º grau. A conclusão do 3º grau, que acrescia as chances de inserção no mercado formal em pouco menos de 1/3 no final dos anos 1980, passa a ampliar as referidas oportunidades em cerca de 3/4, ou 80,2%, quase o dobro do acréscimo obtido pela conclusão do 1º grau (Tabelas 6 e 7).

Tabela 7

Acréscimo relativo das chances de pertencimento a situação ocupacional, em função do aumento da escolaridade. RMS 1999-2001

Escolaridade	1999-2001		
	Desempregado	Formal	Informal
ANAF_S/ESCOLAR			
1o INCOMPLETO	30,2	28,5	(21,7)
1o COMPLETO	(2,2)	43,9	(20,8)
2o INCOMPLETO	24,7	(14,8)	(8,1)
2o COMPLETO	(40,1)	83,0	(23,5)
3o INCOMPLETO	(9,4)	(18,8)	47,4
3o COMPLETO	(66,4)	80,2	(53,2)

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

A aquisição de escolaridade permanece como fator de distanciamento da informalidade. De fato, no setor informal, observa-se, grosso modo, que o acréscimo de instrução reduz as possibilidades no mercado informal, com exceção do acesso à universidade, possivelmente devido à generalização do trabalho de estudantes como estagiários⁷.

Inserção produtiva, escolaridade e desigualdade racial

O desemprego e a informalidade são mais relevantes na estruturação das oportunidades dos grupos em posições subalternas, como jovens, mulheres, filhos, cônjuges e negros, que representam parcelas mais expressivas dos contingentes nessas situações ocupacionais, do que na dos homens, trabalhadores adultos e maduros, chefes de família e brancos (SANTOS: 2001), como se depreende da observação da Tabela 8.

O acesso a uma posição de trabalho formal ou regulado, por seu turno, tem a seguinte estruturação: probabilidades crescentes de inserção entre a infância e

⁷ Segundo AZEVEDO (2000), o crescimento do número de estagiários entre o final dos anos 1980 e a rodada atual da PED pode indicar uma maior utilização deste tipo de relação de trabalho como também pode ser consequência de diferenças de procedimentos de coleta de informações entre os dois períodos.

a idade madura⁸ e para as pessoas com mais tempo de residência na região metropolitana, e possibilidades mais favoráveis para indivíduos do sexo masculino, chefes de família e brancos, do que para mulheres, outros membros do grupo doméstico e negros.

Assim, observa-se que, no final dos anos 1980, a probabilidade de um negro ter acesso a um posto de trabalho protegido era próxima a $\frac{3}{4}$ (72,9%) da que tinha um branco, e as chances que tinha uma mulher era de cerca de $\frac{2}{3}$ (63,2%) das possibilidades que tinha um homem. Os resultados relativos ao setor informal revelam que a menor presença de mulheres nos espaços de trabalho regulados se convertia em maioria na informalidade, à medida que as chances de um homem estar nesse mercado era quase $\frac{2}{3}$ (63,5%) da feminina.

Para a população negra trabalhadora, as menores oportunidades de inserção produtiva nos setores regulados não resultavam em maior presença no mercado informal, porém em maior desemprego, diferenciando seu comportamento daquele identificado para as mulheres, que tinham mais oportunidades na informalidade. As chances de um branco estar no mercado informal equivaliam, no final dos anos 1980, a cerca de $\frac{2}{3}$ (67,0%) das de um negro.

Os resultados relativos ao final dos anos 90 mostram que a diminuição das posições reguladas não alterou a desigualdade racial existente nesse mercado. Com efeito, os negros permanecem com quase $\frac{3}{4}$ (72,6%) das chances dos brancos para inserção neste setor. Entretanto, diminuíram as diferenças fundamentadas no gênero, à medida que a probabilidade de uma mulher encontrar posição de trabalho nesse mercado cresceu para 72,8% da de um homem (Tabela 8). Portanto, pode-se dizer que as transformações recentes no mercado soteropolitano de trabalho mantiveram inalteradas as desigualdades de oportunidades de trabalho racialmente estabelecidas, diminuindo, entretanto, as distâncias entre homens e mulheres.

⁸ Como se observa na Tabela 8, estamos considerando as seguintes classes de idade: 10 a 14 anos, considerada como infância, 15 a 17, equívulendo à adolescência, 18 a 24, jovens, 25 a 39, jovens maduros, 40 a 59, como pessoas maduras e, com 60 anos e mais, chamados de idosos.

Tabela 8

Distribuição da População Economicamente Ativa por situação ocupacional segundo características pessoais. RMS 1987-89 e 1999-2001

Características	1987-89				1999-2001			
	Desempregado	Formal	Informal	Total	Desempregado	Formal	Informal	Total
Pessoais								
10 A 14	18,8	N.R.	80	99	43,4	N.R.	56,3	100
15 A 17	28,0	5,7	66,3	100	52,8	N.R.	45,6	98
18 A 24	25,1	38,0	36,9	100	41,3	23,0	35,7	100
25 A 39	13,1	59,8	27,1	100	23,7	43,9	32,4	100
40 A 59	6,9	60,8	32,3	100	16,2	49,3	34,5	100
60 E +	3,8	41,8	54,4	100	9,6	32,7	57,7	100
Total	15,9	47,3	36,7	100	27,3	37,4	35,3	100
Masculino	14,0	57,1	28,9	100	25,0	43,0	32,1	100
Feminino	18,3	36,1	45,5	100	29,8	31,3	38,9	100
Branca	12,4	62,1	25,6	100	19,4	48,9	31,6	100
Negra	16,5	45,3	38,2	100	28,6	35,5	35,9	100

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Esse tipo de fenômeno não se evidencia no mercado informal. As transformações no mundo do trabalho soteropolitano efetivamente ampliaram as possibilidades dos brancos e dos homens, de modo que as chances de inserção de brancos e de homens nesse mercado são, hoje, cerca de 4/5 das dos negros e das mulheres⁹. Esses resultados sugerem que o estreitamento das oportunidades ocupacionais trouxe maiores parcelas de brancos e homens para espaços ocupacionais antes destinados a negros e mulheres.

Resumidamente, os brancos ampliaram suas oportunidades no setor informal relativamente aos negros. O mesmo acontece com os homens em relação às mulheres. Entretanto, as mulheres melhoraram suas chances de inclusão no mercado formal de trabalho face aos homens, enquanto os negros permaneceram no mesmo patamar de desigualdade no trabalho protegido de dez anos atrás.

⁹ Em valores relativos, as chances de um branco estar na informalidade passou para 81,5% das de um negro e de um homem, para 82,9% das oportunidades de uma mulher presente no mercado de trabalho.

O que se indaga é como as diferenciações relativas à inserção produtiva rebatem sobre indivíduos com atributos raciais diferentes, porém com a mesma escolaridade?

Os dados da Tabela 9 mostram como se estruturam as chances de inserção no mercado de trabalho em função da raça no final dos anos 1980:

Tabela 9

**DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
SEGUNDO O GRAU DE ESCOLARIDADE POR RAÇA. RMS 1987-89**

Escolaridade	Brancos				Negros			
	Desemprega dos	Ocupados			Desemprega dos	Ocupados		
		Formal	Informal	Total		Formal	Informa l	Total
SEM ESCOLARIDADE	9,8	27,7	62,5	100	10,9	25,8	63,3	100
1o GR INCOMPLETO	16,3	43,0	40,7	100	17,6	36,9	45,5	100
1o GR COMPLETO	15,9	58,0	26,1	100	18,5	54,8	26,7	100
2o GR INCOMPLETO	21,8	50,7	27,5	100	23,8	48,4	27,9	100
2o GR COMPLETO	11,0	74,6	14,4	100	15,1	69,5	15,4	100
3o GR INCOMPLETO	11,6	66,2	22,2	100	13,8	67,7	18,4	100
3o GR COMPLETO	3,6	88,4	8,0	100	4,4	89,7	5,9	100
TOTAL	12,4	61,7	25,8	100	16,6	44,6	38,8	100

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Observe-se que as chances de inserção produtiva nos setores formais e informais segundo o grau de escolaridade de brancos e negros eram estruturalmente idênticas. Mais instrução correspondia a maior probabilidade de inserção no setor formal. Menos instrução, mais chances no informal. Entretanto, a oportunidade de um negro com o mesmo grau de escolaridade ingressar no mercado formal era, geralmente, inferior à de um branco.

Isso era verdade até o nível de escolaridade relativo ao ingresso no curso universitário. Nesse patamar de instrução, a oportunidade de um negro ter acesso a um posto formal, no final dos anos 1980, era ligeiramente superior à de um branco e a de estar na informalidade, inferior. Nos mercados em que se exige o 3º

grau completo ou incompleto, as chances dos brancos superavam as dos negros¹⁰ (Tabela 9).

A população branca obtinha maiores ganhos relativos em termos de oportunidades de acesso ao mercado formal de trabalho com o acréscimo de graus de instrução. Isso acontecia quando concluíam os 2º e 3º graus ou quando ingressavam no curso fundamental, mesmo sem concluí-lo. Os negros só obtinham ganhos de oportunidade superiores aos dos brancos ao passarem do 1º grau incompleto para o completo. Nesse caso, devido ao fato de, para os negros, as oportunidades de ingresso nesse mercado aumentarem pouco em função do ingresso no sistema escolar. Dito de outra forma: em termos de oportunidades de acesso ao emprego formal, o ingresso no sistema formal de ensino era menos importante para a população negra do que era para a população branca (Tabela 10).

Entretanto, pode-se dizer que, do ponto de vista das oportunidades de inserção no emprego formal, completar o 1º grau constituía-se num importante ganho de oportunidade de trabalho nos últimos anos da década de 1980.

Tabela 10

Acréscimo relativo das chances de pertencimento à situação ocupacional, em função do aumento da escolaridade por raça. RMS 1987-1989

(Em %)

Escolaridade	Branco			Negro		
	Desempregado	Formal	Informal	Desempregado	Formal	Informal
ANALF_S/ESCOLAR						
1o INCOMPLETO	65,6	55,1	(34,8)	62,1	42,9	(28,2)
1o COMPLETO	(2,2)	34,8	(35,8)	5,0	48,6	(41,3)
2o INCOMPLETO	37,0	(12,4)	5,1	28,3	(11,7)	4,4
2o COMPLETO	(49,7)	47,1	(47,5)	(36,6)	43,6	(44,5)
3o INCOMPLETO	5,6	(11,3)	54,3	(8,0)	(2,5)	19,3
3o COMPLETO	(69,2)	33,5	(63,8)	(68,2)	32,5	(68,1)

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

¹⁰ Os postos de trabalho que requerem o terceiro grau são possivelmente as melhores posições do trabalho informal. São os profissionais liberais, os técnicos de elevada qualificação, consultores etc.

No período 1999 a 2001, a estruturação das oportunidades de inserção no setor formal segundo a escolaridade permanece semelhante à de dez anos atrás. O acesso a um posto formal cresce à medida que se completam os graus de escolaridade. Isso é verdade para ambos os grupos raciais (Tabela 11).

A principal diferença na estruturação das chances de inserção produtiva dos grupos raciais está no crescimento da importância da informalidade, especialmente elevado para a população branca mais instruída. Isso pode ser ilustrado pela Tabela seguinte:

Tabela 11

Distribuição da População Economicamente Ativa por raça. RMS 1999-2001

(Em %)

Escolaridade	Branco			Negro		
	Desempregado	Formal	Informal	Desempregado	Formal	Informal
ANALF_S/ESCOLAR	S.R	S.R	57,2	24,5	17,9	57,6
1o INCOMPLETO	27,3	25,6	47,1	32,3	22,8	44,9
1o COMPLETO	27,9	34,5	37,6	31,6	32,9	35,5
2o INCOMPLETO	31,3	31,7	37,0	39,8	27,8	32,4
2o COMPLETO	19,3	54,2	26,6	24,1	51,1	24,8
3o INCOMPLETO	21,0	39,0	40,0	21,2	43,3	35,5
3o COMPLETO	6,8	74,4	18,8	7,3	76,3	16,4
Total	19,4	49,0	31,6	28,6	35,5	35,9

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Assim, os ganhos relativos dos aumentos de escolaridade, medidos em termos de oportunidade de inserção produtiva, não se alteram. Os brancos permanecem, grosso modo, auferindo maiores vantagens no acréscimo de instrução (Tabela 12).

Tabela12

Acréscimo relativo das chances de pertencimento a situação ocupacional, em função do aumento da escolaridade por raça. RMS 1999-2001

(Em %)

Escolaridade	Branco			Negro		
	Desempregado	Formal	Informal	Desempregado	Formal	Informal
ANALF_S/ESCOLAR						
1o INCOMPLETO			(17,7)	31,8	27,4	(22,0)
1o COMPLETO	2,2	34,8	(20,2)	(2,2)	44,3	(20,9)
2o INCOMPLETO	12,2	(8,1)	(1,6)	25,9	(15,5)	(8,7)
2o COMPLETO	(38,3)	71,0	(28,1)	(39,4)	83,8	(23,5)
3o INCOMPLETO	8,8	(28,0)	50,4	(12,0)	(15,3)	43,1
3o COMPLETO	(67,6)	90,8	(53,0)	(65,6)	76,2	(53,8)

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Considerações finais

Neste texto, procurou-se observar os efeitos do aumento de exigência de instrução para inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho em dois momentos distintos da vida econômica e social da RMS: o final da década de 1980 e a passagem para o século XXI, que retratam instantes específicos do desenvolvimento do capitalismo na Região Metropolitana de Salvador.

O quadro que emerge do estudo empírico reafirma as idéias de que as transformações recentes no mercado de trabalho resultam em valorização da instrução como atributo necessário à inserção no mercado, especialmente no acesso aos postos protegidos, e da existência de um nexo entre escolaridade, oportunidades de trabalho e desigualdade racial, em prejuízo da população negra, que, mesmo quando tem escolaridade idêntica à dos brancos, tem maiores taxas de desemprego e menores chances de ocupar os postos qualificados, em que pese a sua presença majoritária.

A análise indica uma enorme necessidade de políticas públicas orientadas para equilibrar as oportunidades de trabalho e de acesso à educação entre negros e brancos e entre homens e mulheres. O fato dos segmentos raciais se apropriarem diferentemente dos benefícios da instrução, especialmente nos ciclos

iniciais da escolaridade, demonstra a necessidade de estímulos i) à sua presença nas escolas e ii) à persistência para avançar na aquisição de escolaridade, face aos menores benefícios que obtêm em termos de acesso aos postos protegidos.

Observou-se, ao longo do texto, que as desigualdades de oportunidades eram menores entre os trabalhadores que concluíram o terceiro grau, ou curso universitário. Esse fenômeno mostra o acerto das políticas que objetivam equalizar a presença dos segmentos raciais nesse nível de escolaridade. É necessário, entretanto, ter em mente que a aquisição do terceiro grau completo não é condição suficiente para a eliminação das desigualdades e que as parcelas destinadas à população negra nos cursos universitários jamais poderão ser inferiores a: primeiro, a sua distribuição atual e, segundo, a expressão relativa do segmento negro na população.

Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMS, no período de 1999 a 2001, mostram que, embora apenas 14,2% da População Economicamente Ativa fosse branca e 85,8% negra – parda ou preta –, entre os trabalhadores com curso universitário essa proporção era de 40,4% de brancos e 59,5% negros.

Desse modo, embora a investigação tenha logrado aprofundar o conhecimento da natureza e profundidade das desigualdades entre os grupos raciais presentes no mundo do trabalho da RMS, particularmente do *nexo* entre instrução e oportunidades de inserção produtiva, os resultados ressaltam novas áreas para a investigação, como é de se esperar de uma pesquisa.

Por um lado, é necessário reconhecer que o segmento do mercado de trabalho chamado informal é, cada vez mais, um espaço heterogêneo e diversificado, no qual coexistem situações ocupacionais bastante diversas. Essa realidade se insinua, por exemplo, no crescimento das probabilidades de inserção nesse setor de trabalhadores com o 3º grau completo. Uma maior qualificação do setor informal pode revelar um quadro de desigualdades ainda mais complexo e expressivo.

Por outro, a ausência de pesquisas associando oportunidades ocupacionais, instrução e raça orientou a investigação nesse sentido, porém, não eliminou a necessidade de se investigar o papel da instrução nos espaços de trabalho de negros e brancos. É preciso avançar nesse sentido e também esclarecer como os benefícios materiais da aquisição de escolaridade são apropriados por esses grupos. Agora não mais em termos de oportunidade de inserção nos mercados segundo o seu grau de estruturação, mas em termos de renda. Enfim, novos desafios estão colocados à pesquisa.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Paulo Henrique de. *Salvador dinâmica: a economia soteropolitana pela ótica da ocupação*. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, 1999. (Mimeo).

AZEVÊDO, José Sérgio Gabrielli de. *Perfil das ocupações na Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Ciências Econômicas, 2000. (Mimeo).

_____. MENEZES, Wilson F.; FERNANDES, Claudia Monteiro. *Fora de lugar: crianças e adolescentes no mercado de trabalho*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 2000.

CACCIAMALI, Maria Cristina. *Informações recente do mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: IPE/USP/MT, nov. 1989.

CARRERA-FERNANDEZ, José; MENEZES, Wilson F. Ocupação e informalidade no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador: SEI, v. 1, n. 45, fev. 1998.

CASTRO Nadya Araújo; BARRETO, Vanda Sá (Orgs.) *Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador*. São Paulo: Annablumme; A Cor da Bahia, 1998.

FAGUNDES, Maria Emília. *Informalidade na Região Metropolitana de Salvador: um estudo exploratório*. 1992. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. Raça e educação na Bahia nos anos 90. *Revista da FAAEBA*, Salvador, v. 8, n. 12, p.199-121, jul./dez. 1999.

SANTOS, Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos. *Desigualdades ocupacionais entre brancos e negros na Região Metropolitana de Salvador (1987-97)*. 1998. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. Trabalha, trabalha negro: participação dos grupos raciais no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. *Bahia, Análise & Dados: População, Meio Ambiente e Desenvolvimento*, Salvador, v. 10, n. 4, mar. 2001.